

## Brasil e Argentina: variedade de capitalismo e um século de convergência em torno da agroexportação

Brazil and Argentina: Varieties of Capitalism in a Century of Convergence Around Agricultural Exports

Brasil y Argentina: variedades de capitalismo en un siglo de convergencia en torno a la agroexportación

### AUTOR

**Marlon Vinícius  
Brisola**

Universidade de  
Brasília, Brasília, DF,  
Brasil

[mvbrisola@unb.br](mailto:mvbrisola@unb.br)

### RECEPCIÓN

6 de diciembre de 2013

### APROBACIÓN

15 de abril de 2014

### DOI

10.3232/RHI.2014.  
V7.N1.01

Brasil e Argentina utilizaram a agroexportação como opção à busca de sua sustentabilidade econômica por mais de um século. Ao final do século XIX e início do século XX, a Inglaterra participou intensamente desse comércio, como comprador e fornecedor de produtos acabados. Após várias décadas de busca da autonomia na industrialização, a condição agroexportadora dos países latino-americanos retoma seu destaque, tendo, porém, na última década, a China como principal cliente e fornecedor. O presente estudo faz uma análise comparada dos dois momentos históricos: primeiras décadas dos séculos XX e XXI, avaliando, principalmente, as similaridades políticas e econômicas que fortalecem a discussão sobre a existência de uma variedade institucional do capitalismo no cone sul da América Latina. Encontra-se, a partir de levantamentos históricos, dados e argumentos que comprovam esta hipótese.

Palavras-chave: **Variiedades do capitalismo; Agroexportação; Brasil; Argentina**

For more than a century Brazil and Argentina used agricultural exports as a way of achieving economic sustainability. At the end of the nineteenth century and at the beginning of the twentieth century England was an active participant in the agro-export industry both as a buyer and supplier of manufactured goods. After decades of working towards industrial autonomy, agro-exports again assumed an important part of Latin American economies, having China as their main client and supplier within the last decade. This study compares two historical periods: the first decades of the twentieth and the twenty-first century. The article mainly assesses the political and economic similarities that strengthen the debate on the existence of an institutional variety of capitalism in the Southern Cone. All research is carried out through historical documents, statistics and arguments that justify the article's hypothesis.

Key Words: **Varieties of capitalism; agro-export; Brazil; Argentina**

Brasil y Argentina utilizaron la exportación agrícola como una opción en busca de la sustentabilidad económica por más de un siglo. A fines del siglo XIX e inicios del siglo XX, Inglaterra participó intensamente de este comercio como comprador y abastecedor de productos elaborados. Luego de varias décadas en búsqueda de la autonomía en materia de industrialización, la condición agroexportadora de los países latinoamericanos retomó su importancia, teniendo en la última década a China como principal cliente y suministrador. Este estudio hace un análisis comparado de dos momentos históricos: las primeras décadas de los siglos XX y XXI. Se evalúan, principalmente, las similitudes políticas y económicas que fortalecen la discusión sobre la existencia de una variedad institucional de capitalismo en el cono sur de América Latina, todo lo que se trabaja a partir de documentación histórica, datos estadísticos y argumentos que comprueban la hipótesis.

Palabras clave: **Variedades de capitalismo; Agroexportación; Brasil; Argentina.**

---

## Introdução

Brasil e Argentina representam dois importantes *players* globais na produção de *commodities* agrícolas. Esta posição ultrapassa a simples condição vocacional para conduzir as duas nações a uma trajetória dependente de um modelo agroexportador e com implicações transversais em torno de suas naturezas político-econômicas e sociais, reveladas por quase dois séculos de atividades.

Desde meados do século XIX, Brasil e Argentina passaram a assumir o papel de produtores e comercializadores de produtos primários, sejam agrícolas ou minerais. No campo da produção agrícola, o café e a carne bovina tiveram, respectivamente, importante centralidade como produtos de exportação, no final do século XIX e início do século XX. Representaram ainda, nessa ocasião, os centros das elites econômicas e políticas, detentoras de capital e poder, e condutoras dos primeiros passos em prol de um modelo econômico voltado à industrialização e à substituição de importações.

Ao longo do século XX, mudanças estruturais, políticas e institucionais ocorreram, tanto no Brasil, quanto na Argentina. Estas -pode-se dizer- corresponderam às transformações e influências do capitalismo global, bem como às variações nas políticas econômicas internas, trazendo para o século XXI, um quadro econômico, político e social, que merece comparações.

Nesse estudo, concentram-se esforços na busca de se desenvolver uma análise comparada da condição agroexportadora de Brasil e de Argentina em dois períodos históricos específicos: o primeiro, entre a década que precede a primeira guerra mundial (1900-1910) e o segundo, na primeira década do século XXI (2000-2010). Nesta análise, buscaram-se diferenças e semelhanças entre os períodos e as nações, com inspiração em torno da continuidade da atividade agroexportadora como elemento chave da política econômica.

Assim, baseado na comparação e redimindo-se de maior detalhamento em torno do longo intervalo temporal, pinçam-se dois períodos em que a evidência agroexportadora se manifesta, tanto no Brasil, como na Argentina, e busca-se interpretar as suas causas endógenas e a representação de seus principais compradores: Inglaterra (no primeiro período) e China (no segundo período).

Furta-se da intenção de utilizar a argumentação de que a história é cíclica e que os acontecimentos posteriores a 1910 viriam a se repetir (obviamente, com ajustes) neste século. Contudo, a análise merece atenção.

A seguir, procede-se uma revisão histórica e comparativa em torno do contexto econômico, tanto do Brasil, como da Argentina, das primeiras décadas dos séculos XX e XXI. Em seguida, tece-se uma discussão dessa comparação, tendo como pano de fundo a lógica do capitalismo latino-americano detentora de uma variedade própria. A discussão sinaliza semelhanças entre os dois momentos e os dois países.

## O modelo agroexportador dos anos 1910: as experiências de Brasil e Argentina

Semelhantes realidades foram vividas por Brasil e Argentina na segunda metade do século XIX. Nos dois casos, a identificação de um mercado 'favorável' para a oferta de produtos primários, conservou um campo de menor intensidade de industrialização, priorizando o consumo interno, a prestação de serviços e a produção de *commodities*, estabelecendo assim uma marca na divisão internacional do trabalho.

Para Gerchunoff e Llach<sup>1</sup>, muitos argumentam que o "pecado original do desenvolvimento econômico argentino" estaria no investimento e na concentração de recursos produtivos em atividades primárias -o que impediu a instalação de indústrias manufatureiras, com maior potencial de crescimento no longo prazo. No Brasil, também, tal argumento não perde o sentido e reforça a tese de que haveriam muitos motivos para sustentar uma produção rural e uma indústria baseada na transformação de alimentos e fibras para atender o mercado interno, em expansão. Bem verdade que, nos dois casos, a industrialização primitiva se voltava ao interesse do consumo doméstico, e a exportação de matérias-primas animal e mineral representavam, talvez, as únicas alternativas ao desenvolvimento.

No caso da Argentina, o modelo agroexportador, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, se baseou na oferta de cereais (em especial, milho e trigo), linho e nos produtos derivados das pecuárias bovina e ovina (carne, couro e lã). Foram essas atividades que permitiram o crescimento da economia argentina, na época, em torno de 5% ao ano, e lhe garantiu uma posição de destaque entre as maiores economias do mundo – mantendo o primeiro lugar como exportador de alimentos até a década de 1940<sup>2</sup> (INTA, 2006).

Já no Brasil, o café, a borracha e a cana de açúcar mereceram o mesmo destaque. O poderio na exportação desses produtos -em especial o café- sustentou a economia brasileira e uma elite de cafeicultores que se aproximava da elite política. O progresso na produção brasileira de café ao longo do século XIX mereceu destaque: cresceu de 3,2 mil sacas (de 60 kg) na década de 1830 para 51,6 mil sacas na década de 1890.

A vocação para a produção agropecuária, tanto no Brasil, quanto na Argentina, surge com as propriedades edafoclimáticas favoráveis de suas geografias. Alia-se a isso, o fato de que tais atividades demandavam de baixos investimentos tecnológicos. Além do mais, a demanda crescente por alimentos e vestuário na Europa colocou a Argentina como o maior exportador de carne do mundo, enquanto que o Brasil ocupou a mesma posição como produtor de café, seguido pelo algodão e pela borracha. Por esses motivos, os dois países viram-se perfeitamente aptos a se constituírem como grandes produtores e, por conseguinte, exportadores de *commodities* agrícolas a partir de meados do século XIX.

O desempenho dos rebanhos argentinos e dos cafezais brasileiros encontrou mais um fator que favorecia a condição para a produção: nos dois países, as atividades produtivas ocorreram em terras de elevada fertilidade natural, fato que minimizou custos adicionais em fertilizantes e corretivos – nem cogitados naquela época.

Enquanto que a pecuária argentina tinha sua relevância na região dos pampas, com a exportação evidenciada via portos de Buenos Aires, no caso brasileiro, a cafeicultura tinha sua atividade concentrada nas regiões do Sul de Minas Gerais e no Centro-norte (e depois, Oeste) de São Paulo, sendo escoada pelos portos do Rio de Janeiro.

Com o fim do movimento escravagista, intensificou-se no Brasil a utilização de mão de obra imigrante (sobretudo de italianos), que resultou em intenso dinamismo importador e concentração da renda na mão de fazendeiros e comerciantes de produtos da indústria cafeeira. Na Argentina, a demanda interna ampliou-se também com a chegada de forte contingente de imigrantes (prevalentemente de italianos), que se dedicaram aos serviços e na propulsão das primeiras iniciativas de plantas industriais.

A concentração do capital na mão de uma elite agroexportadora, conservadora em suas tradições, e protecionista em suas convicções, foi corresponsável pela insustentabilidade política que viria a responder por variações na ideologia política dos regimes governamentais ao longo do século na Argentina. No Brasil, tal fato também se verificou, porém, com menor intensidade, visto que a elite cafeeira (mais tarde, industrial) sempre logrou de maior aproximação com o Estado e com o capital estrangeiro, participando da mediação entre os interesses das classes econômicas ao longo do século<sup>3</sup>. Fato é que, tanto na Argentina, quanto no Brasil, a influência da elite agrária foi determinante na organização política e na estrutura burocrática do Estado, contribuindo para o tardio processo de industrialização nesses dois países, já que a industrialização proporcionaria interferências no câmbio contrárias aos interesses dos agroexportadores. Além do mais, a tributação sobre a exportação de bens primários e sobre a importação de produtos industrializados incorria em comunhão de interesses por parte do Estado.

Por sinal, a discussão em torno de uma política liberal conservava a integração entre o Estado, os importadores e a oligarquia agrária. O combate aos índios (pelos pecuaristas) para a ampliação das fronteiras agrícolas na Argentina recebia condicional apoio do Estado na condução ao progresso do novo século – exemplo declarado no patriotismo e heroísmo derrocado aos fazendeiros, por ocasião da matança indiscriminada de índios:

Para a o governo da Argentina, 1879 significa o cerne da conquista da Patagônia e o decisivo abatimento dos índios [...] e assinala a definição da república conservadora (grifo original) que prevalece até 1926 como paulatino acordo entre o exército e a oligarquia. (citado por David Viñas)<sup>4</sup>.

Segundo Gerchunoff e Llach<sup>5</sup>, as opiniões sobre o grau de protecionismo do governo argentino eram contraditórias, embora ninguém questionasse a existência de um “protecionismo às avessas”: um protecionismo de insumos, e não de produto.

A dimensão dada pelas nações de centro às do cone sul como referenciais na exportação de commodities agrícolas no início do século XX favoreceu a formação de uma constituição institucional peculiar nas estruturas de Estado e sociedade. O Reino Unido, em especial, fez frente às nações centristas -compradoras de produtos primários e exportadoras de máquinas, equipamentos e produtos processados.

Segundo Nogués<sup>6</sup>, as exportações argentinas, entre 1870 e 1929 -substancialmente de produtos agropecuários e agroindustriais- cresceram 31 vezes. Deste volume, a Inglaterra teve participação expressiva (Tabela 1).

Tabela 1:  
Participação da Inglaterra nos fluxos comerciais da Argentina (1881 à 1929)

Períodos	Exportações à Inglaterra		Importações à Inglaterra	
	Valor Total (Milhões US\$)	% do Total	Valor Total (Milhões US\$)	% do Total
1881-1885	34,25	10,74	125,62	33,94
1900-1904	158,86	16,43	211,20	33,20
1910-1913	419,57	24,95	508,38	30,66
1914-1918	910,13	31,88	503,41	27,35
1925-1929	572,37	10,77	125,62	33,94

Fonte: Adaptado de Nogués<sup>7</sup>.

A infraestrutura em crescimento, contudo, tendeu a atender, substancialmente, o interesse dos pecuaristas argentinos e dos cafeicultores brasileiros.

Em relação ao Brasil, Baer<sup>8</sup> argumenta que as vias férreas que geravam o escoamento da produção tinham um traçado pouco eficiente, serpenteando entre as propriedades cafeeiras até chegar ao porto, e utilizavam bitolas diferentes em pequenos trechos -já que foram construídas

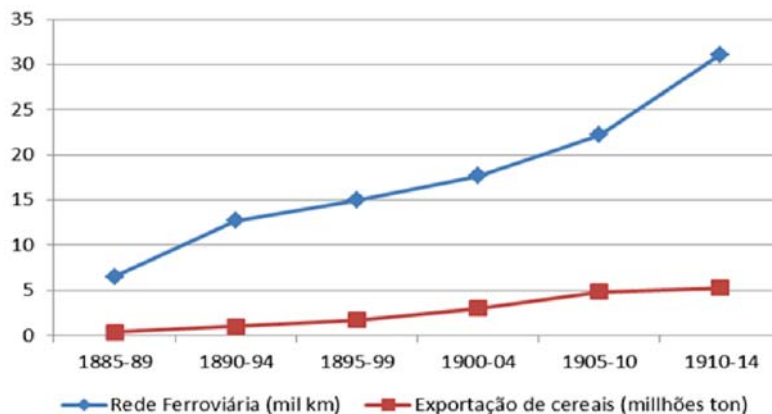
por diferentes empresas independentes e visavam atender os interesses dos maiores produtores.

O crescimento da malha ferroviária entre os anos de 1860 a 1895 como meio para o escoamento da produção aos portos mereceu destaque, em especial, nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Enquanto que em 1854 ela não passava de 50 km, em 1894, estava próximo de 11.300 km. O capital britânico era o grande financiador desses investimentos, com o apoio do Estado brasileiro. Em 1880, a soma de investimentos ingleses no Brasil chegava 23,1 milhões de libras esterlinas em títulos governamentais e 15,8 milhões de libras em capital privado<sup>9</sup>.

Baer<sup>10</sup> destaca ainda que tais obras tinham empresas inglesas, como executoras. Ele apresenta números que indicam que em 1870, 72% das ferrovias brasileiras tinham quatro empresas britânicas como proprietárias.

Na Argentina, da mesma forma, entre 1910 e 1914, as ferrovias cresceram 14 vezes, alcançando 31 mil quilômetros, ou 10% da extensão mundial. Os investimentos oriundos do capital estrangeiro, direto ou indireto, em relação ao capital fixo, nos anos de 1900, 1913 e 1927, na Argentina, foram na ordem de 32%, 48% e 34%, respectivamente (citações de Zalduendo e Alejandro)<sup>11</sup>. (Figura 1)

Figura 1:  
Participação da Inglaterra nos fluxos comerciais da Argentina (1881 à 1929)



Fonte: Adaptado Gerchunoff e Llach<sup>12</sup>.

Incentivos à ampliação das ferrovias e o aperfeiçoamento das condições de transporte em navios e trens de produtos cárneos, por meio de técnicas de resfriamento e congelamento, indiretamente, foram cruciais para garantir a alavancagem da produção primária e o surgimento de novas indústrias de transformação, especialmente entre a última década do século XIX e as três primeiras do século XX.

Nos anos de 1870, a ampliação da malha ferroviária (na Argentina) implicou no recebimento, pela empresa investidora, de incentivos por parte do Estado, tais como: doação de uma légua de terra de cada lado da via férrea, isenção de custos na importação de peças

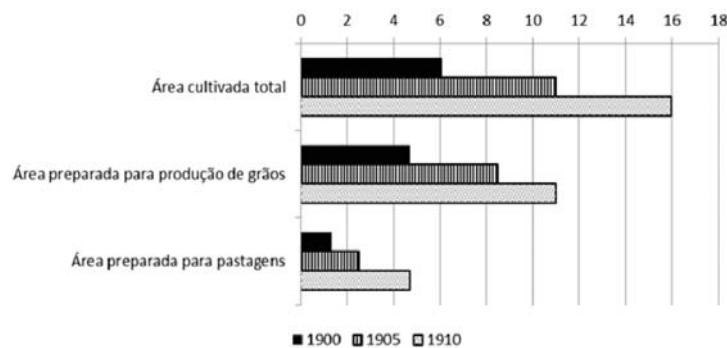
e maquinário para a sua construção, isenção de impostos, e uma garantia de lucro de 7% anual sobre o investimento. Em 1909, aproximadamente 41% do capital total investido no país tinha origem externa e as empresas do Reino Unido foram as principais beneficiadas com tais medidas. Mas não só a concentração do capital externo, como também a remessa de produtos de exportação argentinos tinham como destino a Inglaterra. Somente entre 1909 e 1913, a ampliação do capital estrangeiro na Argentina passou de US\$ 2.176 milhões para US\$ 3.136 milhões (um crescimento de 44%), valor que representava, em 1913, 48% sobre o capital total investido no país. Do montante de investimentos estrangeiros, nesse ano, US\$ 1.860 milhões (59%) correspondiam a investimento oriundo do Reino Unido<sup>13</sup>.

Da mesma forma, as importações oriundas do Reino Unido superavam a dos outros países: em 1914, 34% do volume de importação tinha esta origem, enquanto que a Alemanha detinha 15% e os EUA, 14%, representando os três principais exportadores à Argentina<sup>14</sup>.

Segundo Gerchunoff e Llach<sup>15</sup>, a onipresença inglesa no comércio mundial, na virada do século, configurava uma verdadeira relação entre metrópole e colônia, onde essa se via obrigada a exportar sua matéria-prima para aquela, que revertia sua produção industrial e investimentos no além mar. Para estes autores<sup>16</sup>, o “pecado original do desenvolvimento econômico” estaria no excesso de liberalização do câmbio, que impediu o avanço da industrialização argentina e permitiu a entrada de produtos industrializados a baixo preço no país. Destaca-se, porém, que a manufatura desenvolvida naquele país, nessa época, estava diretamente ligada ao beneficiamento da produção agropecuária.

Os números demonstrativos das áreas semeadas com grãos e com sementes de forrageiras para pastagens demonstram a situação vigente (Figura 2). O crescimento da área total destinada a produção de grãos e carne, nos primeiros dez anos do século XX alcança 162% (de 6,1 a 16,0 milhões de hectares), sendo 134% para a produção de grãos (de 4,7 a 11,0 milhões de hectares) e 340% para a pecuária (de 1,3 a 4,7 milhões de hectares)<sup>17</sup>.

Figura 2:  
Evolução da área total e áreas destinadas à produção de grãos e pastagens cultivadas na Argentina, no período entre 1900 e 1910 (milhões de hectares)



Fonte: Adaptado de Di Tella e Zymelman<sup>18</sup>.

A elevada concentração de capital e terras determinou o que, por muitos anos, viria a se configurar na chamada “*oligarquia terrateniente*”, que determinava os rumos de qualquer política que envolvia os interesses da produção rural<sup>19</sup>.

A manutenção dos altos salários, atrativos aos imigrantes europeus, a estabilidade institucional e o livre-cambismo podem ser considerados como os fatores motivacionais que levaram ao apogeu econômico da Argentina na primeira década do século XX. Nesse tocante, destaca-se a diferença do PIB per capita da Argentina e do Brasil naquele período: enquanto que, na Argentina, ele permeava entre US\$ 3.000 e US\$ 4.000, no Brasil, não ultrapassava a faixa dos US\$ 1.000. Vale considerar, portanto, que as forças de mercado foram mais favoráveis à manutenção dessa condição na Argentina do que propriamente medidas protecionistas. Soma-se ainda, a redução dos custos de transporte (com a ampliação das ferrovias) e o aumento considerável dos preços das *commodities* agrícolas, em função da reduzida disponibilidade de terras agriculturáveis (ainda em expansão, em poucos países: Argentina, Brasil, Canadá, Estados Unidos e Austrália)<sup>20</sup>.

Ledesma<sup>21</sup> atribui às políticas de Estado boa parte da contribuição ao desenvolvimento agropecuário da Argentina, nos fins do século XIX e início do XX. Para esse autor, o incentivo à política imigratória não só gerou mão de obra (efetivamente), como qualidade no processo de transformação. O crescimento da agroindústria do vinho na região de Mendoza e do açúcar em Tucuman só se deveu graças à criação de uma cultura ao trabalho, provinda da imigração de europeus e (com eles) do recurso para o favorecimento ao comércio e ao transporte da produção.

No caso brasileiro, a queda pronunciada dos preços internacionais do café teve início a partir da crise de 1893 nos Estados Unidos. Entretanto, a sua representatividade colocava o Brasil como evidência no mercado agroexportador por muitas décadas seguintes. Ressalta-se, contudo, que a desvalorização cambial passara a não ser mais uma medida adotada com a eficácia apreciada nos anos 1890, já que no início do século os importadores de bens industrializados (muitos deles, herdeiros das rendas promovidas pelos cafezais) pressionavam o governo, que vinha a ceder em seu favor.

Como consequência, o governo, em 1906 passara a intervir no mercado como comprador de excedentes da produção cafeeira (Acordo de Taubaté), por meio de recursos advindos de empréstimos estrangeiros. Um novo imposto seria criado sobre a exportação do próprio café, para garantir recursos que atendessem a esse empréstimo, além do compromisso dos governos regionais de executar uma política de desestímulo à produção<sup>22</sup>. Outras interferências do Estado surgiram nos anos seguintes, com o controle dos preços e da produção, culminando na queima de estoques nos anos 1930.

Fica evidente, contudo, que a aproximação do Estado com o setor produtivo agropecuário, tanto na Argentina como no Brasil, auxiliou a sustentação do processo de substituição de importações. A relevância da produção de café (no Brasil) e de carne bovina (na Argentina) é minimizada, entretanto, mediante os ‘novos’ interesses político-econômicos do Estado a partir



dos anos 1930, mas, a garantia de oferta desses produtos, tanto para abastecimento do mercado interno, como para a formação de divisas, é preservada como política de Estado nos anos que se seguem.

## A persistência do modelo agroexportador no Brasil e na Argentina

O período de industrialização que se segue após os anos 1930 revelou uma contradição, paulatinamente instalada, tanto no Brasil como na Argentina: quando se buscou o desenvolvimento, encontrou-se o desemprego e a inflação. Ferrer<sup>23</sup> conjectura que a desestruturação das cadeias produtivas (com mão de obra desqualificada, informalização nas relações comerciais e despreparo na infraestrutura logística) e o investimento em elos específicos (de forma não estruturalmente planejada) resultaram em fracasso competitivo e desgaste do modelo de substituições de importações. Acrescentam-se a falta de uma política macroeconômica *in situ* apoiada em programas consistentes de P&D e a implantação de um projeto conjuntural que atendessem aos fins sociais básicos, tais como segurança, educação e saúde. Somente superadas estas lacunas, o alcance sustentável do almejado processo de desenvolvimento viria a cabo - fato que não ocorreu no Brasil e nem na Argentina<sup>24</sup>. Brisola<sup>25</sup> levantou outras limitações para o alcance de um *upgrading* industrial no Brasil e na Argentina: a variação na ideologia política dos governos e das associações empresariais industriais, detentoras de diferentes graus de articulação (coordenação) entre o Estado e suas diretorias.

A partir do esgotamento da política de industrialização e do sufrágio do período neoliberal, no final do século XX, Brasil e Argentina reaparecem no cenário econômico mundial como importantes *players*, que não só alcançaram a superação frente às suas crises econômicas, mas também reabilitaram um modelo político com maior estabilidade econômica. Esta condição é vista no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990 (com o Plano Real) e na Argentina, mais tarde, após contornada a crise de 2001.

Na década de 1990, a tônica do discurso se constituiu em fato: a liberalização do câmbio e a ausência do Estado na economia. Esta ausência construiu consequências na nação argentina, provocando o avanço dos problemas sociais e econômicos e resultando em grave crise nos primeiros anos do século XXI. Ledesma<sup>26</sup> considera que a Argentina muito perdeu, no comércio internacional, ao constituir uma relação de oferta em mostruário. Para ele, a concepção "ofertista", onde o comprador é quem deve tomar a iniciativa da negociação, tornou-se um hábito no país e gerou uma perda de competitividade ao longo dos anos. Ele ressalta ainda que esta perda de competitividade se agravou, frente à presença, no mercado internacional, dos países protecionistas, que intervieram na oferta e no preço dos seus produtos.

Outra argumentação de Ledesma<sup>27</sup> sobre o acanhamento da política agroexportadora Argentina nesta década é atribuída à sua participação mais efetiva no Mercosul, enquanto que o Brasil (comparativamente) encontrou mercados mais amplos para seus produtos. O exemplo atribuído pelo autor é o da carne bovina, onde o Brasil assumiu a posição de maior exportador mundial, além de conseguir atender o mercado interno: fato alcançado em detrimento de uma

produção pujante. A determinação em produzir e competir internacionalmente diferenciaram, segundo Ledesma<sup>28</sup>, o Brasil e a Argentina, que conservaram o Estado (nos dois casos) como responsável pelo resultado.

Outra demonstração de apoio ao setor produtor de bens primários, no Brasil, ao longo do governo Lula (2003-2010), implica na participação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico) como instituição fomentadora de incentivos ao setor agropecuário e agroindustrial. Através do BNDES, a liberação de recursos para o setor de produção agropecuária e de transformação agroindustrial tem marcada participação ao longo dos últimos anos, quando comparado com os demais setores (em especial aqueles considerados de alta tecnologia).

O fato é que a produção e a exportação de *commodities* agrícolas e minerais, em meio às conturbadas tentativas de estruturação econômico-produtivas ocorridas tanto no Brasil, como na Argentina, ao longo da segunda metade do século XX, conservaram-se como âncora de sustentação da balança comercial dos dois países. Neste campo, a produção agropecuária encontrou avanços expressivos, em função da sustentação tecnológica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), no Brasil, e do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), na Argentina.

O crescimento da produtividade foi substancial após os anos 1970 (Revolução Verde) e após a estabilização econômica (anos 2000) nos dois países. A Tabela 2 e a Figura 3 apresentam essa realidade no Brasil e na Argentina, respectivamente, destacando o incremento produtividade na produção agrícola a partir da década de 1940 até na presente década.

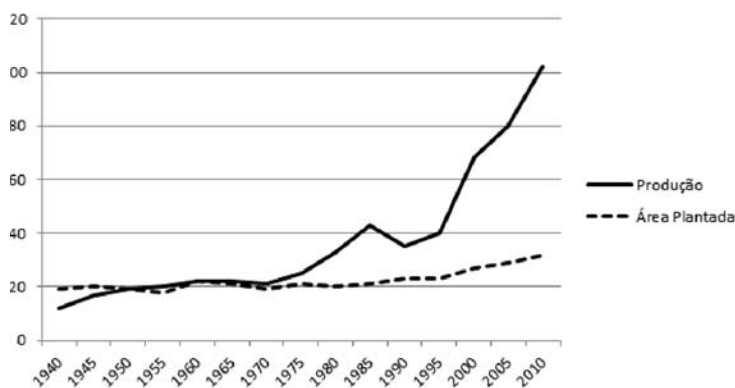
Tabela 2:  
Produtividade (quilos por hectare) de diferentes culturas no Brasil, entre 1947 e 2005

	1947	1970	1980	1990	1995	2005
Algodão	442	490	546	1.321	1.314	3.051
Arroz	1.552	1.464	1.415	2.171	2.702	3.241
Café	411	811	1.046	1.011	1.566	1.055
Cana	38.333	45.551	55.252	62.158	61.049	71.377
Feijão	685	634	472	485	638	4.371
Milho	1.256	1.365	1.479	1.880	2.406	3.375
Trigo	789	945	862	1.603	1.604	1.431
Soja	-	1.072	1.398	1.841	2.284	2.798

Fonte: Adaptado de IBGE<sup>29</sup>.

Em contrapartida, é substancial considerar a baixa presença da produção industrial no PIB e cômputo de exportação dos dois países até nos dias atuais, confirmando a manutenção do *status* de países agroexportadores.

Figura 3:  
Evolução da produção de grãos (milhões de toneladas) e da área plantada (milhões de hectares)  
na Argentina (1940 a 2010)



Fonte: Adaptado de Lopez<sup>30</sup>.

Segundo dados do MDIC<sup>31</sup>, entre os 20 principais grupos de produtos participantes da pauta de exportação brasileira, em 2011, 26,1% foram *commodities* minerais, 24,3% foram produtos básicos ou semimanufaturados oriundos do agronegócio e apenas 11,9% foram produtos industrializados – números que indicam a permanência do perfil agroexportador do Brasil (Tabela 3).

Tabela 3:  
Principais produtos da exportação brasileira (percentual em US\$ FOB), 2011

Discriminação	Minerais (%)	Agroneg (%)	Industrial (%)
Minérios de ferro e seus concentrados	17,16		
Soja mesmo triturada		3,34	
Óleos brutos de petróleo	7,91		
Açúcar de cana, em bruto		5,38	
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja		2,46	
Carne de frango congelada, fresca ou refrig. incl. Miúdos		2,72	
Café cru em grão		3,73	
Óleos combustíveis (óleo diesel, "fuel-oil", etc.)			1,19
Pastas químicas de madeira			1,95
Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada		1,78	
Aviões			1,57
Milho em grãos		2,00	
Produtos semimanufaturados de ferro ou aços			1,28
Partes e peças para veículos automóveis e tratores			1,54
Automóveis de passageiros			1,79
Fumo em folhas e desperdícios		1,59	

Ferro-ligas			0,91
Açúcar refinado		1,30	
Ouro em formas semimanufaturadas, para uso não monetário	1,02		
Maquinas e aparelhos p/terraplanagem, perfuração, etc.			0,86
TOTAL	26,09	24,30	11,09

Fonte: Adaptado de MDIC<sup>32</sup>.

Da mesma forma, a Argentina conserva a natureza agroexportadora. Entre os 20 principais produtos de exportação da Argentina, 11,6% são *commodities* minerais, 68,2% são produtos básicos ou semimanufaturados oriundos do agronegócio e 20,3% são produtos industrializados (Tabela 4).

Tabela 4:  
Principais produtos da exportação argentina (percentual em US\$ FOB), 2011

Discriminação	Minerais (%)	Agro (%)	Industrial (%)
Grãos e derivados de soja		39,4%	
Automóveis			8,7%
Milho		8,6%	
Veículos utilitários e caminhões			6,1%
Trigo e derivados		5,4%	
Ouro para uso monetário	4,1%		
Biodiesel		3,8%	
Óleos brutos de petróleo	3,6%		
Minerais de cobre	2,7%		
Naftas			2,4%
Carne bovina		2,1%	
Óleo de girasol		2,0%	
Tubos de ferro e aço			1,9%
Frutas e hortaliças		1,9%	
Leite em pó		1,4%	
Vinho		1,3%	
Couro e peles de bovinos e equinos		1,3%	
Alumínio bruto	1,2%		
Motores e peças			1,2%
Camarões e lagostas		1,0%	
TOTAL	11,60	68,20	20,30

Fonte: Adaptado de INDEC<sup>33</sup>.

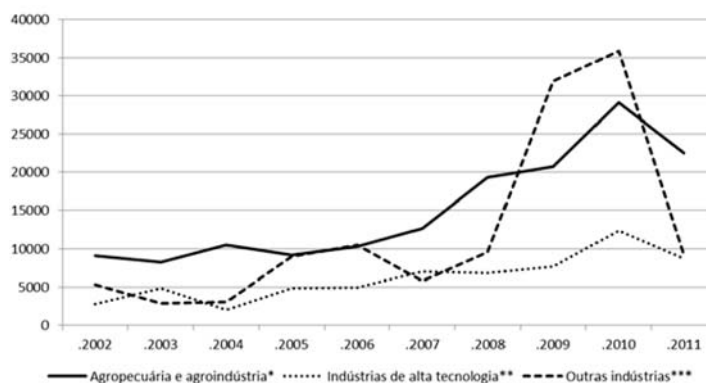
O amparo do perfil agroexportador se faz, pelo menos no Brasil, como política de Estado. A participação das instituições de fomento, como incentivadoras ao modelo que valoriza a produção e o comércio dos produtos do agronegócio, se mostra por meio do BNDES, do Banco do Brasil e, mais recentemente, pela Caixa Econômica Federal.

A Figura 4 destaca o volume de desembolso do BNDES ao longo de dez anos (2002 a 2011) como ofertante de capital para investimentos em setores diferenciados, com destaque para os investimentos no setor agropecuário e nas agroindústrias. Ao longo desse período, apenas nos anos de 2008 e 2009, os recursos destinados a outras indústrias (nesse caso -os setores de coque, petróleo e combustível) tiveram favorecimentos superiores ao do setor agroindustrial. Destaca-se ainda o baixo investimento em setores de alta tecnologia.

O período pós-recessão na Argentina (a partir de 2002) permitiu a rápida ascensão econômica, com ganhos anuais entre 7% e 9% até o ano de 2008. No entanto, este aumento implicou em um considerável custo aos produtores rurais e aos agroexportadores daquele país, devido às elevadas taxas aplicadas nas operações com os produtos de exportação, que representaram em torno de 2,2% do PIB -o valor mais alto da série histórica, segundo Nogués<sup>34</sup>.

Esta evidência trazida por Nogués<sup>35</sup> permite decorrer inferências sobre o que Ledesma<sup>36</sup> sugere (a respeito do que está em referência no parágrafo anterior): de que não há interesse direto do Estado argentino em contribuir com a expansão do agronegócio, mas sim, utilizar-se dele para ampliar as divisas e os favorecimentos à indústria exportadora de bens acabados.

Figura 4:  
Desembolso anual do sistema BNDES no setor agropecuário e industrial



\* Alimentos, bebidas, fumo, têxtil, couro, madeira e móveis, papel e celulose.

\*\* Química, farmacêutica, informática, ótica, eletroeletrônica, máquinas, equipamentos e veículos, borracha e plástico.

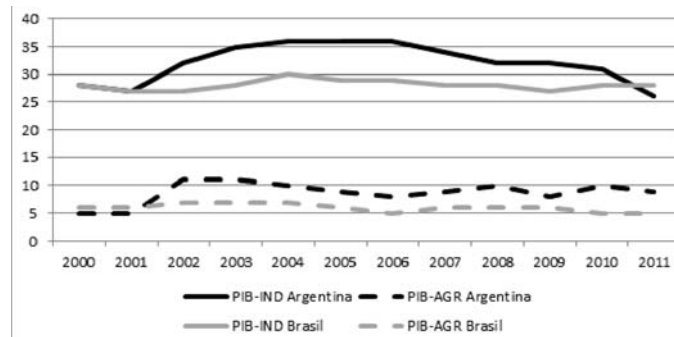
\*\*\* Petróleo e derivados, transporte, metalúrgica, produtos diversos.

Fonte: Adaptado de BNDES<sup>37</sup>.

Esta intenção dos governos argentinos, porém, não tem resultado em sucesso na última década, já que o PIB da manufatura nesse país tem, percentualmente, apresentado um declínio em relação ao PIB agropecuário. A partir de 2006, observa-se uma redução no percentual do PIB da manufatura, enquanto que percentualmente há uma manutenção do PIB agropecuário. Esta realidade ocorre em um cenário de crescimento nominal do PIB na Argentina a partir do

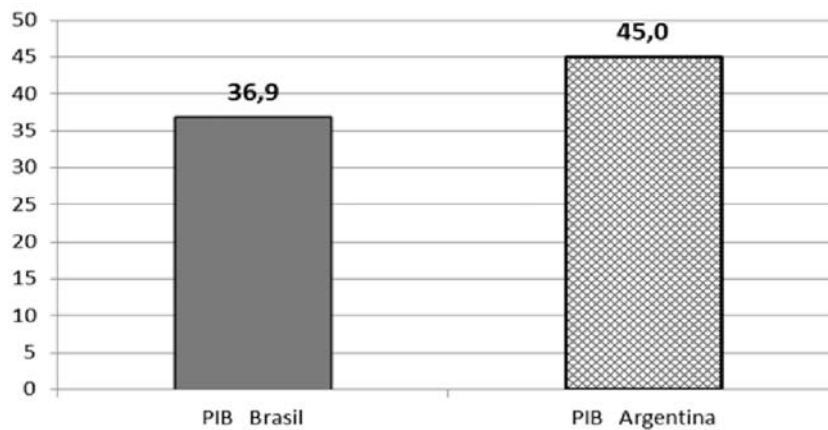
período de crise (2001-2002). Esta situação pode ser comparada com o Brasil, que apresenta uma relativa manutenção do percentual dos PIBs agropecuário e da manufatura ao longo do período, mas com um crescimento nominal do PIB bem menos acentuado do que seu vizinho do sul. As Figuras 5 e 6 destacam essas informações.

Figura 5:  
Percentual dos PIBs agropecuário e industrial no Brasil e na Argentina, no período entre 2000 e 2011



Fonte: World Bank<sup>39</sup>.

Figura 6:  
Percentual de crescimento dos PIBs do Brasil e da Argentina, no período entre 2000 e 2010

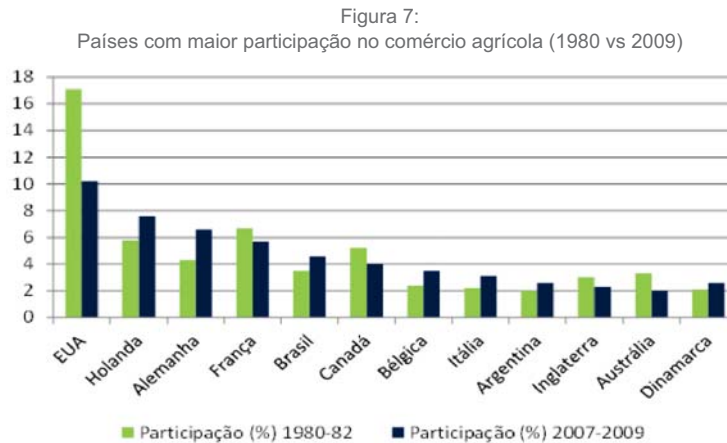


Fonte: World Bank<sup>39</sup>.

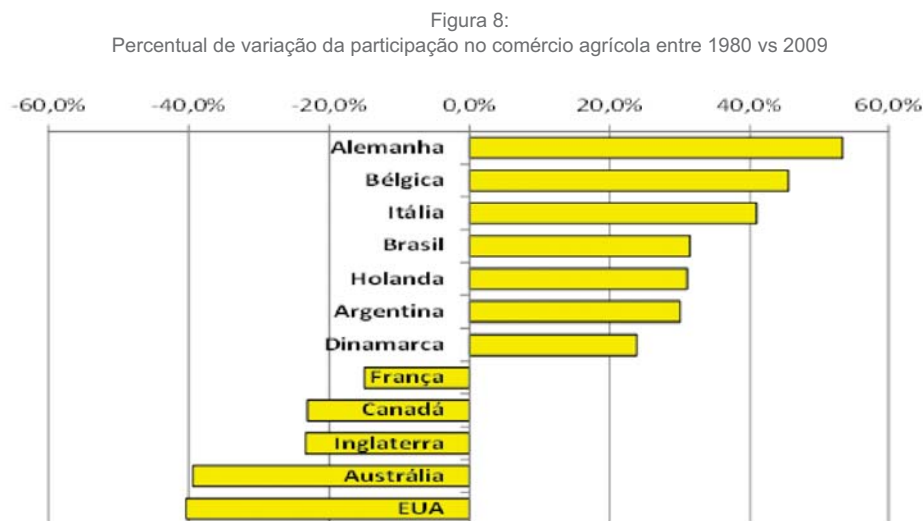
O apontamento de que o Brasil e Argentina se aproximam paulatinamente do topo da lista de países com maior participação no comércio de produtos agrícolas revela esse indicativo. Enquanto que em 1980, eles ocupavam respectivamente a 6ª e 12ª posições, em 2009, as suas colocações estavam no 5º e 11º lugares (Figura 7), indicando um incremento de 31,4% e 30% de crescimento no volume exportado, respectivamente (Figura 8).

Nota-se ainda que, nas últimas décadas, a posição de alguns países que ocupavam maior importância no *ranking* dos participantes globais do comércio agrícola se alterou. Estados Unidos, França e Canadá são alguns que reduziram a sua participação e contribuíram, por esta razão, para a mudança ascendente de posição do Brasil e da Argentina nesta lista. Destaca-se

ainda que somente Holanda, Alemanha, Bélgica e Itália inverteram suas posições, ampliando as suas participações neste comércio. Contudo, deve-se ater que a participação desses países no comércio agrícola vale-se de atividades intrínsecas à transformação industrial das *commodities* e não propriamente à produção primária<sup>40</sup>, o que difere sensivelmente das atividades do agronegócio latino-americano em destaque.



Fonte: Adaptado de Szewash<sup>41</sup>.



Fonte: Adaptado de Szewash<sup>42</sup>.

O fato é que a conservação da condição agroexportadora imperada no Brasil e na Argentina identifica um resgate à 'vocação' de países periféricos, candidatos a manterem uma atividade econômica substancialmente primarizada.

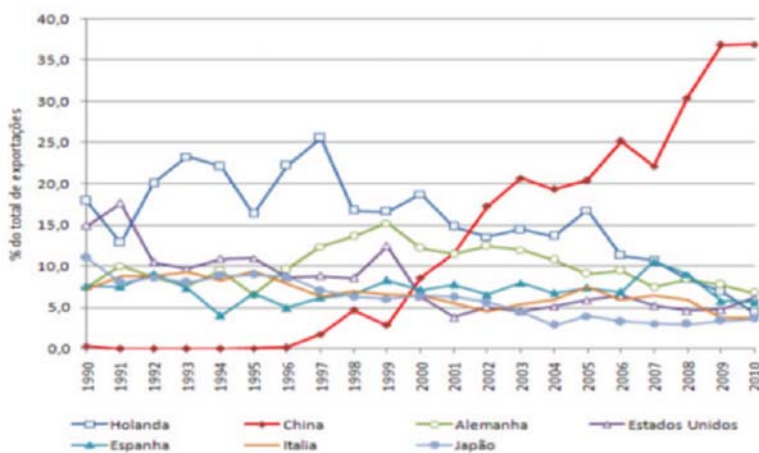
A situação técnico-econômica na qual se situaram o Brasil e a Argentina, na primeira década deste século, indica alguma proximidade com o *status quo* destas nações com o final do século XIX e início do século XX, pelo menos no que tange às suas dependências por um

modelo agroexportador, ou seja, a conservação das atividades de produção e exportação de *commodities* (agrícolas e minerais).

Embora tal parâmetro de comparação não deixou de se evidenciar ao longo de praticamente todo o século XX, uma característica, pelo menos, se rompe em meados do século passado e se refaz de forma importante no início desse século: trata-se da configuração em torno do 'cliente' e a conjuntura macroeconômica global. Enquanto que, no primeiro período, a Inglaterra (entre outras nações de centro) representava a 'grande' nação compradora, atualmente, essa posição é ocupada pela China, que tem o Brasil e a Argentina ocupando a 15ª e a 39ª posições, respectivamente, no *ranking* de seus principais compradores, e na 9ª e 32ª posições, respectivamente, como seus principais vendedores. No entanto, na aquisição de *commodities* agrícolas, o Brasil e a Argentina ocupam a 2ª e 3ª posições, respectivamente, com 13,6% e 7,3% do volume adquirido – somente atrás dos Estados Unidos (24,4%)<sup>43</sup>.

Tal destaque para a China, entre os demais clientes do Brasil e da Argentina, configura-se a partir dos anos 2000 como destaque, como se pode observar (para o Brasil) na Figura 9.

Figura 9:  
Principais demandantes das exportações agrícolas brasileiras



Fonte: Pires e Santos<sup>44</sup>.

A dependência econômica da China atualmente remete à condição similar à da Inglaterra, em 1900. Não somente na condição de nação compradora de matéria prima, mas também como exportadora de produtos acabados.

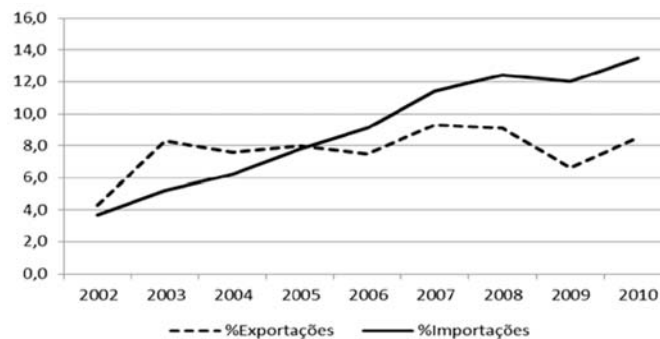
A China, atualmente, ocupa o segundo lugar na lista de países vendedores para o Brasil, com uma participação de 14,5% do volume importado, por ordem de valor<sup>45</sup>. Aparelhos de radio difusão, televisores, aparelhos de telefonia, microcomputadores, lâmpadas, condicionadores de ar, materiais elétricos em geral, telefones celulares e componentes eletrônicos representam os principais produtos adquiridos daquele país pelo Brasil. Os Estados Unidos mantêm-se em primeiro lugar, não muito atrás (15,0%).

A Argentina também é compradora da China, não diferenciando muito da condição brasileira, em relação às características dos produtos que integram a sua lista de compras: artefatos elétricos e mecânicos, produtos químicos, veículos, brinquedos, produtos plásticos em geral, produtos óticos e materiais médico-cirúrgicos e metalúrgicos, nessa ordem, representam os produtos adquiridos pelos argentinos, dos chineses. Nos últimos anos (a partir de 2005), o



volume de importações da China tem superado a taxa de exportações da Argentina para aquele país<sup>46</sup>, como se pode observar na Figura 10.

Figura 10:  
Evolução percentual da participação da China nas exportações e importações da Argentina



Fonte: Adaptado de MECON<sup>47</sup>.

## A lógica latino-americana em torno do mercado de *commodities* agrícolas: os casos brasileiro e argentino

Haveria quem considerasse que a América Latina (em particular, o Brasil e a Argentina) conserve um modelo de capitalismo suportado por características próprias, onde a combinação de elementos conjunturais, em níveis local e global, levaria à crença de que os perfis de produção tendem a conservar uma certa tendência de trajetória. Esta vertente de pensamento é consistente para aqueles que defendem a abordagem sobre as “variedades de capitalismo”, a qual defende que a ‘variedade hierárquica’ representa o modelo representativo desta abordagem na América Latina<sup>48</sup>.

Um dos estudos clássicos sobre essa abordagem está no trabalho de Hall e Soskice<sup>49</sup>. Nesse estudo, estes autores sugerem a criação de um quadro analítico, onde a firma estaria no centro das relações entre os agentes e envolve os diversos mercados e os mecanismos não-mercado. Tal quadro favorece a interpretação dos caracteres institucionais passíveis de comparação e de constituição de uma “variedade de capitalismo”. Eles apontam cinco esferas de interação como referências analíticas do capitalismo e de suas variedades. São elas: (1) as relações que decorrem no contexto industrial e determinam os arranjos salariais e as condições de trabalho; (2) o treinamento e a capacitação dos trabalhadores, determinando a qualificação profissional; (3) a governança corporativa, que implica na distribuição de recursos entre as firmas e seus investidores; (4) as relações inter-firmas, que consiste nas relações entre as firmas e seus fornecedores, clientes e concorrentes; e (5) as relações de emprego, compreendendo o contexto sócio-institucional do ambiente de trabalho.

No estudo seminal de Hall e Soskice<sup>50</sup>, o capitalismo se expressa de forma divergente em algumas regiões do mundo. Enquanto os países anglo-saxões (em especial, Estados Unidos

e Reino Unido) apresentam uma economia de mercado tipicamente liberal (identificada como Economia Liberal de Mercado - HME); a Alemanha, o Japão e os países do norte da Europa (Noruega, Finlândia, Suécia e Dinamarca) são representantes de uma economia com maior presença de uma coordenação tripartite, onde o Estado possui instrumentos de regulação mais aparentes (denominada Economia de Mercado Coordenada - CME). Novas variações têm sido identificadas em estudos feitos em outros países e regiões do planeta, assim como têm avançado em alguns contextos subnacionais.

Para a América Latina, Schneider<sup>51</sup> talvez tenha sido o pioneiro em sugerir uma nova variedade que caracterize toda a Região de forma homogênea. Nessa Região, destaca-se a presença ativa de grandes grupos empresariais, com gestão predominantemente familiar, baixo nível de qualificação profissional e reduzida interferência do Estado. Sua caracterização como Variedade do Capitalismo da América Latina indica que a centralização da autoridade e do poder ocorre não só nas empresas privadas, mas também nas organizações estatais, nos sindicatos e nas organizações não governamentais. A esta Variedade, Schneider<sup>52</sup>, <sup>53</sup>denominou Economia de Mercado Hierárquica (ou Variedade Hierárquica).

Embora tal estudo utilize como referência a abordagem proposta por Schneider, é crível imaginar que a configuração por ele proposta não deve se manifestar de forma tão homogênea entre as várias nações e entre os diversos sistemas produtivos encontrados na América Latina -pelo menos é o que sinalizam estudos realizados em outras partes do mundo, tal como os de Lutz, Eberle e Lauter<sup>54</sup>, com algumas nações europeias.

Outra observação que se pode fazer em torno dos estudos sobre as variedades de capitalismo é que eles pouco abordam o contexto de trajetória. Nesse sentido, é importante ressaltar que muito ainda se pode construir de conhecimento em torno do capitalismo latino-americano se impetrar métodos histórico-comparados entre nações, sistemas produtivos e organizações empresariais neste e em outros continentes<sup>55</sup>.

No contexto da comparação geopolítica e temporal que se estabelece nesse estudo, a abordagem sobre as variedades de capitalismo se aplica, já que similaridades podem ser incutidas nos objetos de análise: Argentina e Brasil, primeiras décadas dos séculos XX e XXI.

Vale considerar ainda que a ampliação dos mercados, em nível global, envolvendo fortemente os países emergentes, sinalizou mudanças institucionais nas relações econômicas na América Latina. Países como a Argentina e o Brasil assistiram a realização de mudanças estruturais na organização política de suas organizações empresariais, construindo novos arranjos institucionais nas relações entre elas, o Estado e os seus trabalhadores. No campo dos agronegócios, estas relações também conservaram características que correspondem a interesses dos agentes econômicos e políticos. O interesse protecionista das oligarquias rurais e sua aproximação com o Estado favoreceram a preservação de instituições determinantes para o atendimento dos seus interesses, em um e outro momento da história destes países.

Rodriguez<sup>56</sup> faz alusão à perspectiva “histórico-estrutural” do estruturalismo latino-americano. Para ele, as peculiaridades do desenvolvimento na América Latina tem uma relação com as mudanças econômicas perceptíveis no tempo, a partir das ocorrências estruturalistas e industrializantes decorridas no pós-guerra, referendando a década de 1950 como o marco do desencadeamento do processo desenvolvimentista. Segundo este autor, a “fazenda” seria a instituição prototípica da sociedade tradicional e, portanto, um suporte-chave da estrutura social local. Agregado a ela estariam agregados princípios autoritários, onde as relações patriarcais estariam diretamente associadas às características familísticas de poder (político-militar). O Estado, no contexto urbano-industrial, contribui para a reprodução dessa ideologia no arquétipo latino-americano ao longo do período de substituições de importação, onde a bandeira do liberalismo é erguida em favor dos princípios do Nacional Desenvolvimentismo.

A afirmativa de Rodriguez<sup>57</sup> ajuda a sustentar o componente ‘genético’ que aproxima temporalmente as bases do capitalismo latino-americano. Em estudo feito na Argentina, nas áreas de produção de soja e de vinho, Friel<sup>58</sup> defende essa argumentação. Para ele, há um indicador de aparecimento de novas complementaridades institucionais em organizações que atuam no agronegócio da Argentina. Em uma referência às cinco esferas analíticas de Hall e Soskice<sup>59</sup>, esse autor apresenta uma combinação de “instituições dominantes” que passam a interagir com “instituições recessivas”, buscando a construção de novas vantagens comparativas para as organizações. A utilização da denominação genética nesse caso não aparece por acaso – já que ela indica um processo evolutivo a partir de uma ‘heterose institucional’.

As evidências são indicativas de que há, portanto, uma relação entre as principais instituições político-econômicas norteadoras do capitalismo latino-americano (nessa ótica, percebida no Brasil e na Argentina) e que a evolução dessas instituições resguardam características que fundamentam a ordem econômica e a vocação agroexportadora desses países e de seus agentes econômicos. A variedade do capitalismo, como protagonizado ontologicamente por Hall e Soskice<sup>60</sup> e sustentado por Schneider<sup>61, 62</sup> na variedade hierárquica, para a América Latina, ganha maior tonalidade, quando elementos históricos aparecem e fortalecemos, pelo menos, alguns de seus argumentos: substancialmente o papel do Estado e as implicações da oligarquia empresarial na economia. Neste caso, a oligarquia pode ser interpretada como descendente da burguesia agrária.

Na recente década, após ressentidos os ganhos e as perdas do complexo período pós-guerra (substituição de importações, industrialização e neoliberalismo), o resgate à primarização da economia parece disputar espaço com a ideologia do desenvolvimento técnico-industrial. Svampa<sup>63</sup> defende essa situação ou de um “consenso” em torno das *commodities*, favorecido pelo aumento dos preços das *commodities* (Figura 11) e pela ampliação da demanda destas, pelos novos emergentes da Ásia.

Figura 11:  
Índice de preços internacionais das commodities agrícolas



Fonte: IPEA<sup>64</sup>.

Embora permaneça o discurso em defesa da hegemonia econômica, tendo como base a indústria e a perspectiva de ampliação de um *upgrading* industrial (à moda coreana), as evidências não contribuem para consolidar um quadro diferente do que se configurou há um século: o fortalecimento de uma economia primada por um superávit sustentado pelo agronegócio, a permanência de um Estado “moderadamente” interventor, porém, imbuído de garantir a permanência de instituições favoráveis aos interesses da produção de *commodities* e a concentração do comércio internacional. Neste sentido, Balestro e Brisola<sup>65</sup> chamam a atenção para o declínio significativo na participação dos produtos manufaturados na pauta das exportações brasileiras entre 1994 e 2012 (de 63,65% para 39,08%), segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio.

O papel do Estado sustenta-se ainda no cômputo da garantia dos direitos constitucionais ao emprego e ao salário, isentando-se da figura de equalizador das relações tripartite. Embora haja sinalizações nesse sentido, nos últimos anos (pelo menos no Brasil e na Argentina), as evidências são ainda muito imprecisas e, por vezes contraditórias, desencadeadas por sobreposições de instituições corporativas antigas, e por que não dizer, obsoletas (resquícios do varguismo e do peronismo, nos casos brasileiro e argentino, respectivamente).

Por fim, torna-se imperativo considerar que a convergência de elementos que permitem aceitar Brasil e Argentina como agentes constituintes de uma variedade de capitalismo tem sua gênese nas instituições originadas das oligarquias rurais do século XIX. Oligarquias estas que sintetizaram um Estado, uma sociedade e um mercado apto a garantirem sua sustentação no “longo” prazo.

## Considerações Finais

Os números e os argumentos apresentados até aqui dão a dimensão da aproximação de Brasil e Argentina, no tocante ao contexto histórico do modelo agroexportador das primeiras décadas do século XX e XXI, deixando claro que a conjuntura econômica mundial favoreceu ao quadro vigente de expansão e de sustentação do modelo agroexportador, tanto na Argentina, quanto no Brasil, ao longo do tempo, não permitindo muitas opções adversas aos *dois players*.

Embora existam diferenças, muitas similaridades surgem na política econômica do Brasil e da Argentina, quando se comparam os dois períodos em destaque. As relações entre o Estado e o capital privado aparecem de forma subliminar na esfera macroeconômica, nas estratégias das organizações e nas políticas de Estado, em prol de um modelo agroexportador.

No primeiro período (1900-1910), tal posição se mostra em torno da construção de ferrovias e do estabelecimento de princípios jurídicos essenciais para a constituição da adequada relação terra-capital-trabalho. No caso das ferrovias, o Estado argentino, em particular, chegou a constituir, durante décadas, a maior (se não a única) empresa de construção ferroviária do país, na província de Buenos Aires. Entretanto, a participação do Estado na economia, na condição de empresário, sofreu críticas severas no período entre guerras, o que culminou com o incentivo ao investimento estrangeiro, sob a argumentação de que o Estado não seria tão eficiente nesse tipo de atividade. Fato alavancado pela crise europeia, pelo surgimento do fascismo e pela revolução bolchevique, que seria presenciado tanto no Brasil, quanto na Argentina, e evidenciaria uma nova fase do capitalismo: “a substituição de importações”.

No segundo período (2000-2010), observa-se na Argentina um desequilíbrio entre o contexto político e o econômico, onde se busca um entendimento convergente entre o Estado e o capital privado (desnacionalizado e em vias de reestruturação). A política macroeconômica argentina repercutiu em um desequilíbrio das contas públicas, com uma sobre oferta de divisas de exportações e um conseqüente risco de manifestação de “doença holandesa”. Em meio a essa realidade, a apropriação dos rendimentos do setor produtivo agropecuário, via elevada tributação e desequilíbrio cambial, desgastou e tem desgastado as relações entre o setor produtivo agroexportador e o governo.

Segundo Szewash<sup>66</sup>, o modelo argentino “*não atuou preventivamente como no estilo Chile, nem se decidiu conviver com a queda do câmbio, maximizar a produção e compensar parcialmente com outras políticas, como no estilo Brasil*”. Para esse autor, mudanças radicais na estrutura cambial implicam em riscos econômicos e estruturais, que devem ser analisados cuidadosamente. Soluções, como a redução quantitativa do volume de exportações de produtos agropecuários e o aumento paulatino da industrialização no país, com um conseqüente ajuste cambial, poderiam minimizar os efeitos econômicos a que a Argentina se sujeitou, no entanto, as políticas econômicas para tal mobilização mereceriam cuidados e gerariam dúvidas sobre sua eficácia.

No Brasil, os bons ventos externos têm sido muito bem aproveitados pelo setor produtivo agroexportador. A elevação dos preços internacionais das *commodities* agrícolas e a ampliação da produção agropecuária conservaram e conservam o equilíbrio na balança comercial. No entanto, a concentração do mercado comprador, o esgotamento da política de incentivo e abastecimento do consumo interno, e as recentes crises de crédito internacionais colocam em risco tal estratégia.

As evidências, contudo, induzem a questionamentos sobre os cenários futuros. Haveria a necessidade de mais um século para que o quadro se revertesse? Ou cem anos já foram suficientes para determinar a lógica das relações entre os atores políticos e econômicos e as consequentes características balizadoras da variedade de capitalismo do cone sul da América?

Estas questões, por enquanto, ficam sem respostas. Só mesmo o tempo as poderá responder. O certo é que semelhanças conjunturais remetem ao entendimento de que as formas de construção da política econômica no Brasil e na Argentina aparecem como frutos de uma dependência de trajetória – onde os agentes dos campos público e privado reproduzem o caráter e as estruturas de poder desenvolvidas no passado.

A conservação de atividades menos elaboradas (rural-extrativistas), como componente fundamental das políticas de Estado, implica em atender (de forma subjacente) os interesses de oligarquias que buscam respostas econômicas de curto prazo, manutenção da concentração de renda e baixo risco nas estratégias comerciais -avessas ao perfil desenvolvimentista, e confirmando (pelo menos nesse aspecto) a prescrição de Schneider<sup>67</sup> em relação à aproximação do Estado com grupos econômicos, como particularidade latino-americana.

Resta dizer que o tempo determina a reprodução de uma gangorra de incertezas e impede que a construção de um Estado desenvolvimentista se estabeleça na região e determine um novo momento para as futuras gerações.

## **Bibliografia**

- Alvarado Ledesma, Manuel. Por qué depreciamos el agro? Historia de un conflicto. Buenos Aires, El Ateneo, 2008.
- Baer, Werner. A economia brasileira. 3º ed. São Paulo, Nobel, 2009.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Estatísticas Operacionais do Sistema BNDES, 2012, disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/Estatisticas\\_Operacionais/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html)>, acesso em 05 ago 2012.
- Brisola, Marlon Vinícius. "Upgrading industrial na Argentina e no Brasil: uma análise histórica e comparada da relação entre o Estado e as associações empresariais industriais", Tese (Doutor em Ciências Sociais), Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Programa de Estudos Comparados sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, DF, 2013.
- Buesco, Mircea História econômica do Brasil, Rio de Janeiro, Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.
- De Souza Pires, Murilo José e dos Santos, Gesmar Rosa. "Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de commodities". In XL Congresso da Sober, 2012, Vitória, Anais... Vitória, Sociedade Brasileira de economia, Administração e Sociologia Rural, Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?cIt=ser.2>>, acesso em 10 ago 2012.
- Días Alejandro, Carlos Federico. Ensayos sobre la historia económica argentina. Buenos Aires, Amorrortu, 1975.
- Di Tella, Guido e Zymelman, Manuel. Las etapas del desarrollo económico argentino. Buenos Aires, Eudeba, 1967.
- Ferrer, Aldo. A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.

- Friel, Daniel. "Forging a comparative institutional advantage in Argentina: Implications for theory and praxis". *Human Relations*. Vol. 64, Nº 4, mar 2011, pp. 553-572.
- Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Ed. 34ª. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- Gerchunoff, Pablo e Llach, Lucas. *El ciclo de la ilusión y el desencanto: un siglo de políticas económicas argentinas*. Buenos Aires, Ariel Sociedad Económica, 1998.
- Hall, Peter e Soskice, David. "An introduction to varieties of capitalism". In Hall, Peter e Soskice, David (edit.). *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*. Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 1-68.
- Hanf, John e Kühn, Rainer. "Branding and its consequences for German agribusiness". *Agribusiness*. Vol. 21, Nº 2, primavera 2005, pp. 177-189.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Levantamento sistemático da produção agrícola, 2012, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/>>, acesso em 15 ago 2013.
- Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, Exportación de productos: diferencias de valor significativas (productos seleccionados), diez meses 2011-2012, disponível em <<http://www.indec.com.ar/indec.gov.ar.htm>>, acesso em 28 nov 2012.
- Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, INTA, Historia del INTA, 2006, disponível em <<http://inta.gov.ar/sobre-el-inta/videos/historia-del-inta/view>>, acesso em 02 jan. 2012, Encuentro Video FLV.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Índice de preços internacionais de commodities: grãos, oleaginosas e frutas, disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>, acesso em 11 ago 2012.
- Lopez, Gustavo. "Potencial y sustentabilidad de la agricultura em Argentina em 2015", Fundación Producir Conservando, 2005, disponível em <<http://www.producirconservando.org.ar/trabajos.php>>, acesso em 10 ago 2012.
- Lütz, Suzanne; Eberle, Dagmar e Lauter, Dorothee. "Varieties of private self-regulation in European capitalism: corporate governance codes in the UK and Germany". *Socio-Economic Review*. Vol. 9, Nº 2, mar 2011, pp. 315-338.
- Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC. Balança comercial brasileira: dados consolidados, 2011, disponível em <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1331125742.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1331125742.pdf)>, acesso em 29 ago 2012.
- Balança comercial mensal: outubro 2012, disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>, acesso em 28 nov 2012.
- Ministerio de Economía y Finanzas Públicas – MECON. El comercio exterior bilateral Argentina – China, 2011. 2011, disponível em <<http://cdi.mecon.gov.ar/doccelec/fc1196.pdf>>, acesso em 28 ago 2012.
- Nogués, Julio J. *Agro e indústria: del centenario al bicentenario*. Buenos Aires, Ciudad Argentina Hispania Libros, 2011.
- Rodriguez, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- Schneider, Ben Ros. "Big business and the politics of economic reform: confidence and concertation in Brazil and Mexico". In Silvia Maxfield e Ben Ros Schneider, (eds), *Business and the state and developing countries*. Cornell, Cornell University Press, 1997, pp. 191-215.
- Business politics and the state in twentieth-century Latin America. New York, Cambridge University Press, 2004.
- Comparing capitalisms: liberal, coordinated, network and hierarchical varieties. Northwestern University, Evanston, IL, 2008.
- "Hierarchical market economies and varieties of capitalism in Latin America". *Journal of Latin American Studies*. Vol. 41, pp. 553-575, 2009.
- Svampa, Maristella. "Consenso de las commodities y el lenguaje de valoración en América Latina". *Nueva Sociedad*. Nº 244, Mar-abr 2013.
- Szewash, Enrique. "El aporte de la agroindustria: hacia un progreso sostenible". Fundación Producir Conservando, 2011, disponível em <<http://www.producirconservando.org.ar/trabajos.php>>, acesso em 11 ago 2012.
- Tarruella, Alejandro C. *Historia de la sociedad rural argentina - de la colonización española a nuestros días: radiografía de la oligarquía terrateniente*. Buenos Aires, Planeta, 2012.
- Vásquez Presedo, Vicente. *Crisis y retraso: Argentina y la economía internacional entre las dos guerras*. Buenos Aires, Endebe, 1978.
- Villamil Balestro, Moisés e Brisola, Marlon Vinícius. "Mudança institucional ou continuidade resiliente: Estado e desenvolvimento industrial na primeira década do século XXI". XXXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo, ANPOCS, 2013.
- Werneck Vianna, Salvador; Bruno, Miguel Antonio e de Melo Modenesi, André. *Macroeconomia para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa*. Texto para discussão 1677, Rio de Janeiro, IPEA, 2011.
- World Bank, Indicators, 2012, disponível em <<http://data.worldbank.org/indicador>>, acesso em 28 ago 2012.

## Notas

- <sup>1</sup>Pablo Gerchunoff e Lucas Llach, *El ciclo de la ilusión y el desencanto: un siglo de políticas económicas argentinas*, Buenos Aires, Ariel Sociedad Económica, 1998.
- <sup>2</sup>Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, INTA, *Historia del INTA, 2006*, disponível em <<http://inta.gov.ar/sobre-el-inta/videos/historia-del-inta/view>>, acesso em 02 jan. 2012, Encuentro Video FLV.
- <sup>3</sup>Marlon Vinícius Brisola, "Upgrading industrial na Argentina e no Brasil: uma análise histórica e comparada da relação entre o Estado e as associações empresariais industriais", Tese (Doutor em Ciências Sociais), Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas, Programa de Estudos Comparados sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, DF, 2013.
- <sup>4</sup>Alejandro C. Tarruella, *Historia de la sociedad rural argentina - de la colonización española a nuestros días: radiografía de la oligarquía terrateniente*, Buenos Aires, Planeta, 2012, p. 182.
- <sup>5</sup>Gerchunoff e Llach, *op. cit.*, p. 103.
- <sup>6</sup>Julio J. Nogués, *Agro e industria: del centenario al bicentenario*, Buenos Aires, Ciudad Argentina Hispania Libros, 2011.
- <sup>7</sup>*Idem.*
- <sup>8</sup>Werner Baer, *A economia brasileira*, 3º ed., São Paulo, Nobel, 2009, pp. 41-42.
- <sup>9</sup>Mircea Buesco, *História econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.
- <sup>10</sup>Baer, *op. cit.*
- <sup>11</sup>Nogués, *op. cit.*
- <sup>12</sup>Gerchunoff e Llach, *op. cit.*
- <sup>13</sup>Carlos Federico Dias Alejandro, *Ensayos sobre la historia económica argentina*, Buenos Aires, Amorrortu, 1975.
- <sup>14</sup>Vicente Vásquez Presedo, *Crisis y retraso: Argentina y la economía internacional entre las dos guerras*, Buenos Aires, Endeba, 1978.
- <sup>15</sup>Gerchunoff e Llach, *op. cit.*
- <sup>16</sup>*Ibidem*, p. 37.
- <sup>17</sup>Guido Di Tella e Manuel Zymelman, *Las etapas del desarrollo económico argentino*, Buenos Aires, Eudeba, 1967.
- <sup>18</sup>*Idem.*
- <sup>19</sup>Gerchunoff e Llach, *op. cit.*, p. 34.
- <sup>20</sup>Nogués, *op. cit.*
- <sup>21</sup>Manuel Alvarado Ledesma, *Por qué depreciamos el agro? Historia de un conflicto*, Buenos Aires, El Ateneo, 2008.
- <sup>22</sup>Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*, ed. 34, São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- <sup>23</sup>Aldo Ferrer, *A economia argentina: de suas origens ao início do século XXI*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2006.
- <sup>24</sup>Salvador Werneck Vianna, Miguel Antonio Bruno e André de Melo Modenesi, *Macroeconomía para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa*, Texto para discussão 1677, Rio de Janeiro, IPEA, 2011.
- <sup>25</sup>Brisola, *op. cit.*
- <sup>26</sup>Ledesma, *op. cit.*, p. 192.
- <sup>27</sup>*Ibidem.*
- <sup>28</sup>*Idem.*
- <sup>29</sup>Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, *Levantamento sistemático da produção agrícola*, 2012, disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/>>, acesso em 15 ago 2013.
- <sup>30</sup>Gustavo Lopez, "Potencial y sustentabilidad de la agricultura em Argentina em 2015", *Fundación Producir Conservando*, 2005, disponível em <<http://www.producirconservando.org.ar/trabajos.php>>, acesso em 10 ago 2012.
- <sup>31</sup>Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, *Balança comercial brasileira: dados consolidados*, 2011, 2012, disponível em <[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1331125742.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1331125742.pdf)>, acesso em 29 ago 2012.
- <sup>32</sup>Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, *Balança comercial mensal: outubro 2012*, 2012, disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>, acesso em 28 nov 2012.
- <sup>33</sup>Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, *Exportación de productos: diferencias de valor significativas (productos seleccionados)*, diez meses 2011-2012, disponível em <<http://www.indec.com.ar/indec.gov.ar.htm>>, acesso em 28 nov 2012.
- <sup>34</sup>Nogués, *op. cit.*
- <sup>35</sup>*Idem.*
- <sup>36</sup>Ledesma, *op. cit.*
- <sup>37</sup>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, *Estatísticas Operacionais do Sistema BNDES*, 2012, disponível em <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/BNDES\\_Transparente/Estatisticas\\_Operacionais/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Estatisticas_Operacionais/index.html)>, acesso em 05 ago 2012.
- <sup>38</sup>World Bank, *Indicators*, 2012, disponível em <<http://data.worldbank.org/indicator>>, acesso em 28 ago 2012.
- <sup>39</sup>*Idem.*
- <sup>40</sup>John Hanf e Rainer Kühn, "Branding and its consequences for German agribusiness", *Agribusiness*, Vol. 21, Nº 2,



primavera 2005, pp. 177-189.

<sup>41</sup>Enrique Szewash, "El aporte de la agroindustria: hacia un progreso sostenible", *Fundación Producir Conservando*, 2011, disponível em <<http://www.producirconservando.org.ar/trabajos.php>>, acesso em 11 ago 2012.

<sup>42</sup>*Idem.*

<sup>43</sup>Ministerio de Economía y Finanzas Públicas – MECON, *El comercio exterior bilateral Argentina – China*, 2011, 2011, disponível em <<http://cdi.meccon.gov.ar/docelec/fc1196.pdf>>, acesso em 28 ago 2012.

<sup>44</sup>Murilo José de Souza Pires e Gesmar Rosa dos Santos, "Modelo agroexportador, política macroeconômica e a supremacia do mercado: uma visão do modelo brasileiro de exportação de commodities", In *XL Congresso da Sober*, 2012, Vitória, Anais... Vitória, Sociedade Brasileira de economia, Administração e Sociologia Rural, Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ser.2>>, acesso em 10 ago 2012.

<sup>45</sup>MDIC, *op. cit.*

<sup>46</sup>MECON, *op. cit.*

<sup>47</sup>*Idem.*

<sup>48</sup>Ben Ros Schneider, "Big business and the politics of economic reform: confidence and concertation in Brazil and Mexico", in Silvia Maxfield e Ben Ros Schneider, (eds.), *Business and the state and developing countries*, Cornell, Cornell University Press, 1997, p. 191-215. Ben Ros Schneider, *Business politics and the state in twentieth-century Latin America*, New York, Cambridge University Press, 2004.

<sup>49</sup>Peter Hall e David Soskice, "An introduction to varieties of capitalism", in Peter Hall e David Soskice (ed.), *Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*, Oxford, Oxford University Press, 2001, pp. 1-68.

<sup>50</sup>*Idem.*

<sup>51</sup>Schneider, 1977, *op. cit.*

<sup>52</sup>*Idem.*

<sup>53</sup>Schneider, 2004, *op. cit.*

<sup>54</sup>Suzanne Lütz, Dagmar Eberle e Dorothee Lauter, "Varieties of private self-regulation in European capitalism: corporate governance codes in the UK and Germany", *Socio-Economic Review*, Vol. 9, Nº 2, mar 2011, pp. 315-338.

<sup>55</sup>Brisola, *op. cit.*

<sup>56</sup>Octavio Rodriguez, *O estruturalismo latino-americano*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

<sup>57</sup>*Idem.*

<sup>58</sup>Daniel Friel, "Forging a comparative institutional advantage in Argentina: Implications for theory and praxis", *Human Relations*, Vol. 64, Nº 4, mar 2011, pp. 553-572.

<sup>59</sup>Peter Hall e David Soskice, *op. cit.*

<sup>60</sup>*Idem.*

<sup>61</sup>Ben Ros Schneider, *Comparing capitalisms: liberal, coordinated, network and hierarchical varieties*, Northwestern University, Evanston, IL, 2008.

<sup>62</sup>Ben Ros Schneider, "Hierarchical market economies and varieties of capitalism in Latin America", *Journal of Latin American Studies*, Vol. 41, , 2009, pp. 553-575.

<sup>63</sup>Maristella Svampa, "Consenso de las commodities y el lenguaje de valoración en América Latina", *Nueva Sociedad*, Nº 244, Mar-abr 2013.

<sup>64</sup>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, *Índice de preços internacionais de commodities: grãos, oleaginosas e frutas*, disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>, acesso em 11 ago 2012.

<sup>65</sup>Moisés Villamil Balestro e Marlon Vinícius Brisola, "Mudança institucional ou continuidade resiliente: Estado e desenvolvimento industrial na primeira década do século XXI", *XXXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, 2013, Águas de Lindóia, São Paulo, ANPOCS, 2013.

<sup>66</sup>Szewash, *op. cit.*, p. 38.

<sup>67</sup>Schneider, *op. cit.*, 2008, 2009.